



Projeto de Lei nº 051/2024

## PARECER JURÍDICO

### 1 - HISTÓRICO

Trata-se de parecer previsto no art. 184, §1º do Regimento Interno desta Casa de Leis sobre exame prévio de constitucionalidade do Projeto de Lei que **“Reconhece as pessoas com fibromialgia como pessoas com deficiência (PCD) no âmbito do Município de Itaguaí, e dá outras providências.”**, proposto pelo Excelentíssimo Sr. Vereador Jocimar do Nascimento.

O Projeto em análise visa garantir integração às pessoas acometidas de fibromialgia no âmbito do Município de Itaguaí, assegurando a elas os mesmos direitos conferidos às pessoas com deficiência.

Outro aspecto destacado é que o presente projeto de Lei visa assegurar a aplicabilidade plena de garantias já estabelecida pela Lei Federal n.º 13.146/15.

Lido e analisado o referido projeto, passamos a opinar em caráter estritamente técnico, sendo competência plenária a discursão de mérito.

### 2- DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

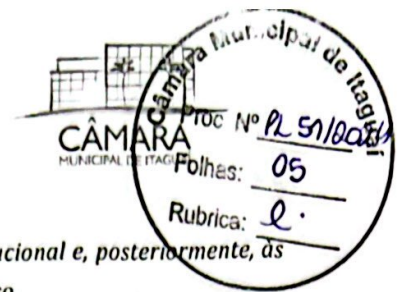
Preliminarmente, trazemos aos autos processuais, o que narra o Regimento Interno quanto à Tramitação dos Projetos de Lei:

*Art. 184. Os projetos apresentados na Secretaria da Câmara Municipal serão protocolados em livro próprio, autuados e encaminhados à Procuradoria Jurídica para que sejam instruídos preliminarmente com informação de caráter técnico, jurídico e opinativo.*

*§1º Após serem instruídos pela Procuradoria Jurídica, os projetos serão incluídos para leitura nos expedientes recebidos e despachados de plano pelo Presidente à Comissão de Constituição, Justiça e Redação para se manifestar*

**Câmara Municipal de Itaguaí**

Rua Amélia Louzada, 277 - Centro | CEP: 23815-180 / Itaguaí-RJ



quanto aos aspectos regimental, legal e constitucional e, posteriormente, às demais comissões permanentes, quando for o caso.

§2º As comissões, em seus pareceres, poderão oferecer substitutivas ou emendas.

§3º Para instruir os projetos sujeitos à sua apreciação, a Procuradoria Jurídica terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da data de protocolo na Procuradoria.

Inicialmente, convém destacar que o Projeto de Lei em análise objetiva promover o exercício dos direitos, em condições de igualdade, pelas pessoas com fibromialgia, sendo este, inclusive, o objetivo principal do Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/15, não se verificando, portanto, a ocorrência de vício de inconstitucionalidade no referido projeto.

Diante disso, considerando o texto expresso da Constituição, tem-se que o tema sob análise cumpre com os ditames constitucionais sobre a matéria e está inserido dentre os assuntos de interesse local que podem ser disciplinados por norma municipal, conforme previsto no art.30. Vejamos:

*"Art. 30. Compete aos Municípios:"*

*I - legislar sobre assuntos de interesse local:*

Neste sentido, esta Procuradoria colaciona julgados que suportam este Parecer:

**DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 0070887- 04.2023.8.19.0000**

**REPRESENTANTE: EXMO SR PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITATIAIA**

**REPRESENTADO: CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE ITATIAIA**

**RELATOR: DES. AUGUSTO ALVES MOREIRA JUNIOR**

**(...)**

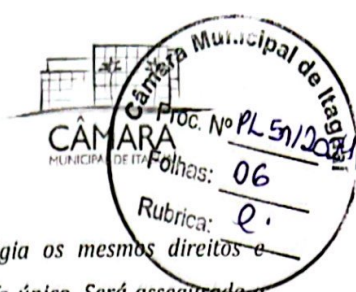
*Trata-se de representação por inconstitucionalidade da Lei nº 1.341/2022, do Município de Itatiaia, que reconheceu as pessoas com fibromialgia como deficientes físicos, no âmbito do mesmo município, nos seguintes termos:*

*"Art. 1º Fica estabelecido que as pessoas que possuem fibromialgia serão consideradas possuidoras de impedimentos de longo prazo de natureza física que podem obstruir a participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições.*

**Câmara Municipal de Itaguaí**

Rua Amélia Louzada, 277 - Centro | CEP: 23815-180 / Itaguaí-RJ





Art. 2º Assegura-se às pessoas com fibromialgia os mesmos direitos e garantias das pessoas com deficiência. Parágrafo único. Será assegurada a gratuidade no estacionamento, direito a fila preferencial, inclusão no projeto de tratamento e prevenção aos fibromiálgicos do município de Itatiaia, entre outros.

Art. 3º Criação da comissão de equipe multidisciplinar para pacientes com fibromialgia. Parágrafo único: A comissão será composta por: Reumatologista; Psicólogas; Fisioterapeuta Acupuntura; Fisioterapeuta Auriculoterapia; Fisioterapeuta Pilates; Nutricionista.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

(...)

Considerando que, tanto o artigo 1º quanto o artigo 2º, ambos da legislação impugnada apenas objetivam promover o exercício dos direitos, em condições de igualdade, pelas pessoas com fibromialgia, sendo este, inclusive, o objetivo principal do Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/15, não se verificando, portanto, a ocorrência de vício de inconstitucionalidade nos referidos dispositivos legais.

Destarte, afigura-se legítimo que o Poder Legislativo Municipal edite lei que assegure a aplicabilidade plena de garantias já estabelecidas em lei federal.

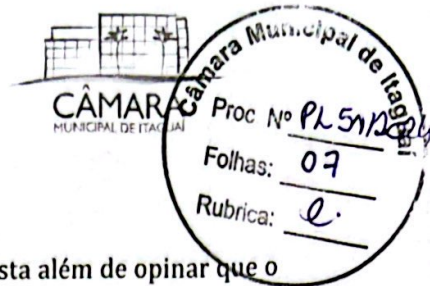
Por outro lado, o mesmo entendimento não se aplica ao artigo 3º, da mesma legislação impugnada, pois este cria uma comissão interdisciplinar, composta por diferentes profissionais de saúde, para acompanhamento das pessoas portadoras de fibromialgia. Nesse passo, ao estabelecer atribuições à Administração Pública Municipal, a lei impugnada avançou em providências que cuidam de funções típicas do Poder Executivo, tendo havido, portanto, violação ao princípio da separação dos poderes (artigo 7º da Constituição do Estado do Rio de Janeiro), uma vez que a lei interferiu na organização e funcionamento da Administração Municipal.

Dessa forma, há incompatibilidade do artigo 3º da Lei nº 1.341/2022 do Município de Itatiaia com o ordenamento constitucional. Ante todo o exposto, VOTO NO SENTIDO DE SE JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, para declarar a inconstitucionalidade do artigo 3º da Lei nº 1.341/2022, do Município de Itatiaia, com efeitos ex tunc.

Não há portanto, inconstitucionalidade trazida na matéria em questão.

**Câmara Municipal de Itaguaí**

Rua Amélia Louzada, 277 - Centro | CEP: 23815-180 / Itaguaí-RJ



Assim, diante das considerações já exaradas, nada mais resta além de opinar que o presente Projeto de Lei é **constitucional** quanto ao **aspecto formal e material**.

### 3 - CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto acima, conclui-se que a matéria ora versada pelo Projeto Lei, possui condições legais para prosseguir ausência de vício material e formal, **opinamos pela constitucionalidade** da propositura do Projeto de Lei em análise.

Este é o parecer que submetemos à Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação.

Itaguaí, 17 de setembro de 2024.

*Camilla Kyanne P. Lambço*  
**Camilla Kyanne Pinheiro Lambço**  
Subprocuradora de Processos  
OAB/RJ 210.245 - Matr. 35.038

*Carlos André Franco M. Viana*  
**Carlos André Franco M. Viana**  
Procurador-Geral da Câmara  
OAB/RJ 166.542 - Matr. 35.074